

O MÉTODO COMO PRODUTO DA HISTÓRIA

Silvana Calvo Tuleski¹

Adriana de Fátima Franco²

RESUMO: Objetivamos, com este texto, tratar a questão metodológica como fruto da história humana. Para este fim, procedemos a recuperação dos clássicos como Bacon, Smith, Comte, Marx, entre outros autores que consideramos relevantes para mostrar o quanto cada época elege uma determinada metodologia de análise da realidade, como a mais legítima, de acordo com as necessidades vivenciadas pelos homens, em cada período histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia. História do método. Ciência e método.

THE METHOD AS A PRODUCT OF HISTORY

ABSTRACT: The objective of this text is to approach the methodological question as a result of human history. To do so we will retrieve classic authors as Bacon, Smith, Comte, Marx, among others, that we consider relevant to demonstrate how each time in history adopts a certain methodology to analyze reality as the most accurate according to the needs experienced by man in each historical period.

KEY WORDS: Methodology. History of method. Science and method.

¹ Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá/PR.

² Professora do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá/PR. E-mail: adriffranco@hotmail.com

O MÉTODO COMO PRODUTO DA HISTÓRIA

Quando pensamos em método científico ou metodologia de análise e pesquisa, tendemos a imaginar regras técnicas, práticas e objetivas, destinadas ao aprofundamento de um determinado fato ou realidade. Podemos até pensar, nos vários métodos existentes, suas várias classificações, mas dificilmente nos perguntamos como e por que estes métodos surgiram, para responder a tais questões e em quais momentos históricos eles se colocam como fundamentais para a análise da realidade.

Se pensarmos o método como o principal fio condutor para a análise da realidade, podemos vincular a gênese de cada método às necessidades de cada período histórico da sociedade humana. Cada período histórico, portanto, teve sua própria metodologia de análise da realidade pautada pela forma de organização dos homens para a produção de suas vidas.

Não podemos analisar o método científico desvinculado da prática social, pois aquele está ligado intimamente a esta, transformando-se e sendo transformado por ela. Não podemos atribuir desta forma o surgimento de um ou de outro método à genialidade de um ou outro autor, pois estes estão apenas tentando resolver questões fundamentais colocadas aos homens de seu momento histórico.

Observamos esta questão, por exemplo, quando analisamos a obra de Bacon (1584), considerado por muitos como o criador da ciência experimental, em comparação com outro autor do mesmo período como Thomas More (1484) e verificamos que as mesmas preocupações estavam presentes em ambos os pensadores.

Podemos perceber ainda nas obras destes autores a sutil transformação das preocupações humanas, deixando gradativamente de ater-se às questões divinas ou transcendentais para tomar como foco a experiência concreta, voltada para a natureza. Estas mudanças, no entanto, não podem ser analisadas em separado, mas sim no conjunto das alterações empreendidas pelos homens para garantir sua sobrevivência. A história, desta forma, não é vista como uma sucessão de fatos estanques, mas compreendida como um processo de luta humana.

O século XVI, período em que Bacon escreve *Novum Organum*, quando sistematiza os principais pressupostos de seu método científico, é um período de intensas lutas, um momento de crise da sociedade feudal, a qual vai dando lugar lentamente à sociedade burguesa. O homem deste período está se descobrindo como ser independente. As invenções, os

descobrimientos e o desenvolvimento do comércio fazem surgir uma noção de que se pode ir além, que se pode deixar de ser dominado pela natureza para ser dominador.

Mas o rompimento dos laços de servidão e dependência não acontece sem luta e sofrimento, e todos os autores que vivenciaram este período participaram de tais embates, retratando-os em suas obras, independente do lugar em que se posicionaram no processo de luta. A preocupação com a natureza, com o conhecimento de suas leis, com a experimentação vai surgindo na maioria deles seja para contestar seja para apoiar tais conhecimentos, o que mostra que esta era uma questão fundamental colocada ao homem daquele período, pela própria transformação de sua prática produtiva. Como na prática o homem já estava experienciando novas situações até então negadas e temidas, necessário se fazia, portanto, entendê-las, explicá-las e sistematizá-las.

Thomas More (1984), em sua obra *Utopia*, mostra-nos claramente que, diante do desenvolvimento do comércio, os hábitos e valores até então aceitos deveriam modificar-se. Em uma sociedade onde a servidão, a relação feudal, não mais se sustentava, a ociosidade tornava-se um grande peso que devia ser alterado. A crítica à nobreza feudal e ao clero é transformada em crítica à ociosidade de forma geral, trazendo o trabalho como novo valor.

Olhemos o que se passa cada dia ao redor de nós. A principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres zangões ociosos, que se nutrem do suor e do trabalho de outrem e que, para aumentar seus rendimentos, mandam cultivar suas terras, escorchando os reideiros até à carne viva. Não conhecem outro gênero de economia. Mas tratando-se, ao contrário, de comprar um prazer, são pródigos, então, até à loucura e à mendicidade.

E não menos funesto é o fato de arrastarem consigo uma turba de lacaios e mandriões sem estado e incapazes de ganhar a vida (MORE, 1984, p.173-174).

Aquela forma de organização peculiar do mundo feudal não se sustentava mais, pois novas relações estavam sendo forjadas no cerne da sociedade, com o crescimento do comércio e o desenvolvimento das manufaturas. Inviabilizava-se a sobrevivência da maioria da população. Com as transformações crescentes, ambos os polos da relação de produção feudal estavam em desagregação: a nobreza, endividada, não conseguia manter seus servos e propriedades, e estes, sem trabalho e proteção, eram obrigados a recorrer ao roubo.

Arrancai de vossa ilha essas pestes públicas, esses germens do crime e da miséria. Obrigai os vossos fidalgos demolidores a reconstruir as quintas e burgos que destruíram, ou a ceder os terrenos para os que quiserem reconstruir sobre ruínas. Colocai um freio ao avarento egoísmo dos ricos; tirai-lhe o direito do açambarcamento e monopólio. Que não haja mais ociosos entre vós.

Dai à agricultura um grande desenvolvimento; criai a manufatura da lã e a de outros ramos de indústria, para que venha a ser ocupada utilmente esta massa de homens que a miséria transformou em ladrões, vagabundos ou lacaios, o que é aproximadamente a mesma coisa (MORE, 1984, p.179).

Apreendendo a transformação, sem saber, no entanto, no que se transformaria a sociedade, Thomas More mostra-nos suas preocupações com a crise, bem como vislumbra uma possível saída por meio do trabalho. Seu personagem principal, Rafael Hitlodeu, assume características do novo homem nascente na sociedade, o homem livre, independente e autônomo, observador e adepto da experiência. O relato das viagens e experiências deste personagem, bem como sua descrição da forma de organização do povo que vivia na ilha de Utopia, mostra o que de fato já ocorria em sociedade, isto é, a abertura de novos horizontes aos homens, dada pelos novos inventos, como a bússola, que impulsionaram ainda mais as navegações.

Brota no homem a ideia de mudança, de alteração, ideia esta forjada na prática produtiva que se transforma, no comércio que desponta, nas descobertas que surgem derrubando antigos dogmas e fazendo-o acreditar que cada vez mais depende de si mesmo e não mais de um Senhor supremo.

Entender a natureza e suas leis coloca-se como uma questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade, pois deste conhecimento dependia o desenvolvimento do comércio e a sobrevivência em um período de crise. Novos instrumentos e máquinas precisavam ser criados para a exploração da natureza e de novos continentes e para ocupar com trabalho os miseráveis, garantindo o mínimo necessário à manutenção da vida, aproveitando-os para a produção ainda insípida.

Brecht, autor teatral contemporâneo, ao retratar a vida de Galileu Galilei em uma de suas peças, mostra-nos como as descobertas relacionadas à astronomia, realizadas no período em questão, vieram deitar por terra grande parte dos dogmas da Igreja. Um golpe fatal ao sustentáculo da Igreja e à organização feudal foi tirar a Terra de seu imobilismo, como centro do Universo, demonstrando, através da experimentação, que a Terra, como tantos outros planetas, era móvel e girava ao redor do sol, tese defendida por Galileu no século XVI.

A Terra como planeta imóvel e central, ligava-se diretamente à imobilidade do sistema feudal, dividido em classes estáveis, e sob sua posição central assentava-se um dos sustentáculos da Igreja e do poder divino, como nos mostra brilhantemente Brecht (1977, p.133-134):

FALA DO PEQUENO MONGE

[...] Que diria a minha gente se ouvisse de mim que moram num pedaço pequeno de rocha que gira ininterruptamente no espaço vazio, à volta de outra estrela, um pedaço entre muitos, sem maior expressão? Para que tanta paciência e resignação diante da miséria? Elas não ficariam sem cabimento? Qual é o cabimento da Sagrada Escritura que explicou tudo e disse que tudo é necessário, o suor, a paciência, a fome, a submissão, se ela agora está toda errada? Não, eu vejo o olho deles ficando arisco, vejo como descansam a colher, vejo como eles se sentem traídos e esbulhados. Então o olho não está posto em nós, é o que pensam. Nós é que precisamos cuidar de nós mesmos, sem instrução, velhos e acabados como estamos? Nenhum papel nos foi destinado, afora este papel terrestre e lamentável, numa estrela minúscula, inteiramente dependente, que não tem nada girando à sua volta? Não há sentido na nossa miséria; fome não é prova de fortaleza, é apenas não Ter comido; esforço é vergar as costas e arrastar, não é mérito [...]

Pode-se perceber que na prática e nas ideias o homem vai deixando de ser feudal, os valores sagrados vão sendo questionados e neste processo novos hábitos e crenças vão sendo desenvolvidos, bem como uma nova ciência vai brotando da atividade concreta dos homens.

Bacon vai se colocar, como Thomas More e Galileu, no centro desta luta entre uma antiga forma de organização tentando ainda se manter e uma nova surgindo e se impondo. Procura, no âmbito da metodologia, sistematizar aquilo que já estava ocorrendo na prática, como descobrir, por meio da experimentação, as leis da natureza.

Ao enfatizar que para se conhecer a natureza é necessário despir-se dos preconceitos, das ideias pré-concebidas e dos dogmas, negava a metodologia da Igreja, pautada na fé cega e na interpretação das Sagradas Escrituras. Aproximava-se de outros autores do período ao dar importância à razão e à experiência como fundamentais para a descoberta da verdade, sistematizando os procedimentos utilizados por eles.

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes servem para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intato na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional (BACON, 1984, p.63).

Para Bacon (1984), o domínio do homem sobre o universo só seria possível através das artes e das ciências. Só através do conhecimento das leis da natureza, interpretando-as sob a luz da razão, seria possível abdicar das superstições e do zelo cego da religião, desenvolvendo, assim, o gênero humano. Para ele, a meta mais importante das ciências seria a

de enriquecer a vida humana com recursos distintos, instrumentalizando o homem, portanto, para esta nova sociedade que estava surgindo. A ciência precisava desenvolver-se, o homem necessitava entender a natureza para produzir o necessário à sua sobrevivência e ao comércio.

Era preciso enxergar esse novo mundo, esta nova prática social sem preconceitos e, ao invés de negá-la, de ignorá-la, era preciso experienciá-la como algo já impresso na sociedade.

Vão seria esperar-se grande aumento nas ciências pela superposição ou pelo enxerto do novo sobre o velho. É preciso que se faça uma restauração da empresa a partir do âmago de suas fundações, se não quiser girar perpetuamente em círculos, com magro e quase desprezível progresso (BACON, 1984, p.19).

Brecht, autor contemporâneo, retrata a luta empreendida por Galileu, que, como Bacon (1984), mostrava que a superação do velho, significando tudo o que se acreditava até então na sociedade, já estava posta, sendo a transformação algo inevitável e impossível de conter, inclusive para aqueles que tinham interesse em manter o mundo estático e, junto com ele, o próprio homem.

GALILEU

[...] Há dois mil anos a humanidade acreditou que o Sol e as estrelas do céu giram em torno dela. O papa, os cardeais, os príncipes, os sábios, capitães, comerciantes, peixeiras e crianças de escola, todos achando que estão imóveis nessa bola de cristal. Mas agora nós vamos sair para fora. ... Porque o tempo antigo acabou, e agora é um tempo novo. Já faz cem anos que a humanidade está esperando alguma coisa.

As cidades são estreitas, e as cabeças também. Superstição e peste. Mas agora, veja o que se diz: se as coisas são assim, assim não vão ficar. Tudo se move, meu amigo. Gosto de pensar que tudo tenha começado com os navios. Desde que há memória, eles vinham se arrastando ao longo da costa, mas, de repente, deixaram a costa e exploraram os mares todos. ... E surgiu um grande gosto pela pesquisa da causa de todas as coisas. ... Não há dias em que não se descubra alguma coisa. ... Já se descobriu muita coisa, mas há mais coisas ainda que poderão ser descobertas.

[...] O tempo antigo passou, e agora é um tempo novo. Logo a humanidade terá uma idéia clara de sua casa, do corpo celeste que ela habita. O que está nos livros antigos não lhe basta mais.

Pois onde a fé teve mil anos de assento, sentou-se agora a dúvida. Todo mundo diz: é, está nos livros -, mas agora nós queremos ver com nossos olhos [...]. Mostrou-se que os céus estavam vazios, o que causou uma alegre gargalhada [...]. Mas as águas da terra fazem girar as novas rocas, e nos estaleiros, nas casas de cordame e de velame, quinhentas mãos se movem em conjunto, organizadas de maneira nova (BRECHT, 1977, p.14-15).

No interior da sociedade ainda feudal, portanto, uma nova ciência vai surgindo apoiada e em conjunto com uma prática social nova que vai se estabelecendo. O novo homem que surge passa a possuir mais a dúvida do que a certeza, a consciência de que cada vez mais dependerá dele mesmo para sua sobrevivência. Podemos situar, portanto, a sistematização do

método da experimentação na gênese da sociedade burguesa, período em que floresce um novo conhecimento que depende mais do homem, de sua experiência, de sua observação, do que de sua fé, como nos diz o próprio Bacon:

[...] Que o gênero humano recupere os seus direitos sobre a natureza, direitos que lhe competem por doação divina. Restitua-se ao homem esse poder e seja o seu exercício guiado por uma razão reta e pela verdadeira religião (BACON, 1984, p. 89).

Mais adiante, Bacon (1984) mostra-nos o quanto se torna forte e necessária a crença na ciência, isto é, na “nova” forma do homem ver e interpretar a realidade, abandonando a visão antiga, não mais necessária:

[...] De fato, somos da opinião de que se os homens tivessem à mão uma adequada história da natureza e da experiência, e a ela se dedicassem cuidadosamente, e se, além disso, se impusessem duas precauções: uma, a de renunciar às opiniões e noções recebidas; outra, a de coibir, até o momento exato, o ímpeto próprio da mente para os princípios mais gerais e para aqueles que se acham próximos; se assim procedessem, acabariam, pela própria e genuína força de suas mentes, sem nenhum artifício, por chegar à nossa forma de interpretação. A interpretação é, com efeito, a obra verdadeira e natural da mente, depois de liberta de todos os obstáculos. Mas com os nossos preceitos tudo será mais rápido e seguro (BACON, 1984, p. 89).

Esta forma de interpretar e conhecer a realidade predominou espantosamente até o século XVIII, trazendo à humanidade grandes descobertas que impulsionaram ainda mais a produção e acumulação de riquezas. Foi o momento da consolidação da sociedade burguesa, em nível da produção e das ideias, com a primeira revolução industrial e com o movimento intelectual denominado Iluminismo. As “luzes”, portanto, espalharam-se rapidamente junto com a prática que se transformou em predominantemente burguesa.

As rápidas transformações, no entanto, traziam em seu conjunto novos problemas a serem resolvidos pelos homens. A produção e a distribuição dos bens se tornavam uma dificuldade que precisava ser resolvida, frente aos avanços das forças produtivas. O comércio precisava ser desobstruído e a sociedade necessitava desenvolver-se em todos os aspectos possíveis. Um outro tipo de conhecimento voltado para a descoberta das leis que regiam a própria sociedade precisaria ser desenvolvido.

O que fazer para produzir, acumular e fazer circular a riqueza, conduzindo ao crescimento ainda maior do sistema econômico já estabelecido era a questão que os homens deste período procuravam resolver. Era preciso analisar não só a organização social existente, mas também as organizações anteriores, principalmente no que dizia respeito ao comércio e à

circulação das mercadorias, seu desenvolvimento e seus entraves, procurando abranger as peculiaridades de vários países, a fim de entender o que estaria emperrando um desenvolvimento ainda maior da riqueza naquele momento.

Vários autores dedicaram-se a resolver tal questão, mas quem conseguiu sistematizar, o novo método de análise da realidade, em sua forma mais acabada, denominando-o Economia Política, foi Adam Smith, em seu livro *A riqueza das nações*. Vejamos como Smith coloca-nos os objetivos deste “novo” conhecimento:

A economia política, considerada como um ramo da ciência de um estadista ou legislador, propõe dois objetivos distintos: em primeiro lugar, proporcionar um rédito ou uma subsistência abundante às pessoas, ou, mais propriamente, habilitá-las a obter esse rédito ou subsistência para si próprias; e, em segundo lugar, fornecer o Estado ou comunidade de um rédito suficiente para os serviços públicos. Propõe, assim, enriquecer tanto os indivíduos como o soberano (SMITH, 1993, vol. I, p. 717).

Nesta perspectiva, Smith se colocou como crítico dos dois sistemas de economia política existentes, que ele denominou-os sistema mercantil e fisiocracia, este último, fundamentado principalmente na agricultura. As maiores críticas, no entanto, centralizaram-se no sistema mercantil, por estar em prática na maioria das nações daquele período.

Smith afirmou que a riqueza de uma nação não mais adviria do acúmulo de metais (ouro e prata), como o sistema mercantilista colocava, e, sim, da quantidade de bens de consumo, isto é, de produtos manufaturados produzidos por uma nação. Esta mudança do conceito de riqueza não é algo dado em nível ideal, mas que já ocorria na prática, uma vez que a troca de produtos entre as nações era algo concreto para os homens. Era importante saber como e de que forma esta troca poderia se dar, promovendo ainda mais o enriquecimento das nações envolvidas no comércio exterior e, principalmente, qual a relação deste com o desenvolvimento ou não do comércio interno.

O pressuposto de Smith, o qual fica evidente em toda a sua obra, é de que somente o comércio livre seria capaz de promover o desenvolvimento de todas as nações em seu conjunto. Suas objeções ao sistema mercantilista, portanto, estavam relacionadas, principalmente, aos aspectos em que o livre comércio encontrava obstáculos e entraves.

Se todas as nações seguissem o sistema liberal da exportação e importação livre, os vários estados em que se divide um grande continente assemelhar-se-iam às diferentes províncias de um grande império. Tal como acontece entre as várias províncias de um grande império, a liberdade do comércio interno surge tanto a nível do raciocínio como da experiência, não só como o melhor paliativo para uma carestia, mas ainda como preventivo mais eficaz de uma fome; o mesmo aconteceria

com a liberdade do comércio de exportação e importação entre os vários estados em que se divide um continente. Quanto maior for um continente, mais fácil será a comunicação entre as suas diferentes partes, tanto por terra como por água, e tanto menos exposta estará qualquer das partes que o constituem a estas calamidades, sendo possível que a escassez de um país seja aliviada pela prosperidade de um outro. Mas muito poucos países adaptaram integralmente este sistema liberal (SMITH, 1993, p.65).

Ao fazer a crítica do sistema mercantil, Smith também demonstra que uma sociedade cuja prática é burguesa, isto é, é pautada pela produção para a troca, pelo comércio, deve preocupar-se não apenas em produzir, mas também em viabilizar o consumo. Neste sentido, Smith chama a atenção de sua época para a necessidade do escoamento da produção, pois o excesso de produção, sem equilíbrio do consumo, conduz à queda de preços e à crise, como se pode verificar posteriormente.

O consumo é o único fim e propósito de toda a produção; e o interesse do produtor só deveria ser atendido na medida em que possa ser necessário para se promover o interesse do consumidor. Isto é tão evidente que seria absurdo tentar prová-lo. Mas, no sistema mercantil, o interesse do consumidor é quase sempre sacrificado ao do produtor e este sistema parece considerar a produção, e não o consumo, como o fim e o objetivo últimos de toda a indústria e comércio (SMITH, 1993, p. 245).

Para Smith, portanto, o sistema econômico mais apropriado para a sociedade burguesa seria o livre comércio, pois este, ao estabelecer concorrência entre comerciantes e produtores, sem privilégios ou monopólios, passaria a atender melhor aos consumidores em preço e qualidade dos produtos.

Embora Smith tenha classificado a fisiocracia como um sistema cheio de incorreções e um tanto quanto limitado em alguns aspectos, não deixa de concordar com sua perspectiva liberal quanto ao comércio:

Se, por um lado, ao representar o trabalho empregado na terra como o único trabalho produtivo, torna as suas concepções talvez demasiado estreitas e limitadas, por outro lado, ao representar a riqueza das nações como consistindo, não no valor não consumível do dinheiro, mas sim nos bens de consumo anualmente reproduzidos pelo trabalho da sociedade e ao representar a liberdade total como a única maneira capaz de tornar esta reprodução anual o maior possível, a sua doutrina surge, em todos os aspectos, tão justa como generosa e liberal (SMITH, 1993, p. 271).

Constatamos que o método da economia política nasceu implicado com a necessidade prática colocada pela sociedade burguesa de se consolidar e desenvolver tanto quanto o método da experimentação nasceu em meio à desagregação da sociedade feudal e à gênese da sociedade burguesa. O método, portanto, como uma forma de análise da realidade,

transforma-se juntamente com a prática humana e, neste processo de modificação, ocorrem momentos ora de rompimento ora de absorção do que é antigo, dependendo do grau de alteração ocorrida nas relações estabelecidas pelos homens para a produção de suas vidas.

Estes autores, como outros tantos, ao viverem as angústias e necessidades de sua época histórica, buscaram respostas por meio da análise da sociedade e da realidade em que viveram. É importante enfatizar que a prática humana não é uma expressão das ideias e sim o seu inverso, o que elimina a visão da história como algo linear. Sendo assim, fica claro que a prática não necessariamente se encaminha por onde as ideias apontam, mas estas espelham as contradições existentes naquela, o que faz com que as tentativas de resolução dos problemas da sociedade tornem-se posicionamentos de luta em cada período determinado da história, sem que os autores consigam ter clareza quanto aos caminhos pelos quais percorrerão os acontecimentos.

Como os acontecimentos do século XIX nos mostraram posteriormente, pudemos ver que prosperidade econômica, que seria capaz de enriquecer indivíduos e soberanos, segundo Smith, trouxe consigo as desigualdades. O século XIX marcou o acirramento da crise do capitalismo, onde as contradições se tornaram evidentes. A crise aumentou o fosso existente entre as duas classes envolvidas no processo de produção da sociedade burguesa, isto é, entre a burguesia e o proletariado. O desemprego e o empobrecimento cada vez maior da população conduzem a manifestações operárias em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Explicar, entender ou compreender por que isto ocorre em uma sociedade que produz bens em larga escala torna-se uma necessidade do período. Assim como antes ocorrera na crise e desagregação do mundo feudal, encontramos o embate entre o movimento que conduz à transformação e aquele que busca a manutenção da organização social existente.

A luta empreendida na prática dos homens para a manutenção de suas vidas agrava-se em um período de crise social e o entendimento dos acontecimentos torna-se necessário tanto para a transformação social, quanto para a própria manutenção do sistema. Vários autores, no interior deste processo, procuraram explicar a crise posicionando-se na luta a favor da transformação ou conservação das reformas. Em comum, possuem a clareza de que algo precisa ser alterado na sociedade, divergindo apenas na profundidade de tais alterações.

Podemos citar Marx e Comte como expoentes destas duas visões que se desenvolveram neste período. Comte (1983), consciente da crise social, procurou explicá-la a partir de uma desorganização em nível das ideias, relacionando a crise mais a uma desordem dos hábitos e costumes do que à prática social burguesa. Sendo a crise reduzida ao aspecto

moral da sociedade, sua proposta de reforma é centrada no aspecto educativo da população, fazendo a “revolução” a partir das ideias e não a partir da prática humana.

Vejam os quais seriam os objetivos da filosofia positiva de Comte:

[...] Atacando a desordem atual em sua verdadeira fonte, necessariamente mental, constitui, tão profundamente quanto possível, a harmonia lógica, regenerando, de início, os métodos antes das doutrinas, por tripla conversão simultânea da natureza das questões dominantes, da maneira de tratá-la e das condições prévias de sua elaboração. Demonstra, com efeito, de uma parte, que as principais dificuldades sociais são hoje essencialmente políticas, mas, sobretudo, morais, de sorte que sua solução possível depende realmente das opiniões e dos costumes, muito mais do que das instituições, o que tende a extinguir uma atividade perturbadora, transformando a agitação política em movimento filosófico [...] (COMTE, 1983, p. 69).

Comte recupera Bacon, retomando a ênfase nas leis naturais e rejeitando as interpretações teológicas e metafísicas. No entanto, quando Bacon discutia esta questão, afirmando a necessidade do conhecimento das leis da natureza por meio da experimentação, esta era uma necessidade prática dos homens de seu período, estava vinculada à gênese da sociedade burguesa e à luta contra as práticas e idéias feudais, sendo, portanto, revolucionária. Mas, quando Comte retoma esta questão no século XIX, a sociedade burguesa já havia desenvolvido suas forças produtivas justamente em decorrência deste conhecimento e de sua utilidade prática na produção. Retomando a metodologia passada, Comte não se posiciona mais ao lado da transformação, cabendo a Marx e Engels (1991) a sistematização da realidade existente sob um “novo” método de análise.

Tendo como pressuposto a necessidade de transformação social, Marx e Engels (1991) propõem uma análise da sociedade capitalista a partir de uma visão histórica das transformações engendradas pela prática humana. Procuram superar as análises empiristas e idealistas da história, que fragmentam a realidade e não a apreendem em sua totalidade:

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral, etc. – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos). Não se trata, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre sobre o solo da história real; não de explicar a praxis a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da praxis material; [...] não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história, assim como da religião, da filosofia e de qualquer outro tipo de teoria [...] (MARX; ENGELS, 1991, p. 55-56).

Percebe-se, de forma clara, na citação acima, que Marx e Engels (1991) partem de pressupostos totalmente diferentes dos de Comte para a análise da realidade do século XIX, os quais determinarão o encaminhamento das propostas para a resolução das contradições emergentes na sociedade daquele período. Enquanto Comte procurará “eliminar” as contradições em nível das ideias, buscando uma concepção filosófica única, Marx e Engels (1991) procurarão explicá-las como resultado da própria prática burguesa que só poderiam ser “eliminadas” com a transformação da prática que as engendram.

No entanto, coerente com seu próprio método, Marx (1994) coloca que tal transformação não poderia ocorrer pela simples vontade dos indivíduos que fazem parte da sociedade, mas só a partir do momento em que as possibilidades concretas para tal transformação já estivessem dadas pela prática dos homens. Nas palavras de Marx,

[...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez [...] (MARX, 1994, p.135-136).

Para Marx e Engels (1991), uma das condições geradoras de contradições na prática burguesa é dada pela divisão do trabalho; não a divisão natural que ocorre no interior da família desde o início das sociedades humanas, mas aquela que separa o trabalho material do espiritual, tal como ocorre na sociedade capitalista. É a partir dela que a consciência pode desprender-se da prática, imaginando ser algo diferente da mesma e entrando em contradição com a prática e as representações feitas em torno dela. Segundo Marx e Engels,

[...] Com a divisão do trabalho, fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material – a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem esses

elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada. [...]. Além do mais, com a divisão do trabalho é dada ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do indivíduo ou da família singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; e, com efeito, este interesse coletivo não existe apenas na representação, como ‘interesse geral’, mas se apresenta, antes de mais nada, na realidade, como a dependência recíproca de indivíduos entre os quais o trabalho está dividido [...] (MARX; ENGELS, 1991, p. 45-47).

Segundo Marx e Engels (1991), é a partir da contradição entre os interesses privados ou individuais e o interesse coletivo que este último tomará corpo através do papel desempenhado pelo Estado, que, embora represente o interesse geral, mostra-se como algo “estranho” e “independente” dos indivíduos. A divisão do trabalho existente na prática burguesa, promove o desligamento no interior da sociedade entre o interesse individual e coletivo, fazendo com que a defesa do primeiro caiba a todos e a defesa do segundo apenas a alguns representantes que se personificam no Estado. No interior do indivíduo, promove a separação entre o seu fazer coletivo (integrante de uma prática social) e o seu pensar individual, isto é, suas representações sobre si, seu trabalho e suas relações, que, embora também sejam coletivas, ele as experiencia como singulares e independentes de sua prática. A estas contradições presentes no discurso acima, mas principalmente na prática burguesa, Marx e Engels (1991) denominam “alienação”, a qual só poderá ser superada sob dois pressupostos práticos:

[...] Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas [...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida; além disso, porque apenas com este desenvolvimento universal das forças produtivas dá-se um intercâmbio universal dos homens, em virtude do qual, de um lado, o fenômeno da massa ‘destituída de propriedade’ se produz simultaneamente em todos os povos (concorrência universal), fazendo com que cada um deles dependa das revoluções dos outros; e, finalmente, coloca indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, no lugar de indivíduos locais [...] (MARX; ENGELS, 1991, p. 50).

Ao “olharmos” para o século XX, podemos dizer que ambos, Comte e Marx, não conseguiram e nem poderiam prever por onde a prática humana se encaminharia. O século XX foi o período em que a divisão do trabalho encontrou o seu ápice, conseguindo não só

fragmentar infinitamente a prática humana como também as representações que se tem dela e da própria realidade. Inúmeras teorias e concepções de homem, natureza e sociedade se desenvolveram a ponto de não sabermos mais se existe “realmente” homem, natureza e sociedade, ou se são apenas entidades abstratas ou manifestações do pensamento individual.

Mais precisamente nas últimas décadas do século XX e as décadas que adentram o século XXI, o capital, por necessidades de sobrevivência, reestrutura-se. Podemos dizer que a partir da década de setenta do século passado vivemos sob o signo do neoliberalismo. Em sua fase atual, o capitalismo apresenta características específicas. As principais são: desemprego estrutural, terceirização; ciência e tecnologia tornam-se forças produtivas; Estado mínimo (o que era direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado); submissão dos Estados nacionais (FMI e banco mundial) e polarização das classes (ANTUNES, 1999).

Tendo como pressuposto que as teorias surgem das necessidades postas pela realidade, teremos como expressão deste momento o pensamento pós-moderno. A pós-modernidade é apresentada por Moraes (2004) enquanto uma agenda, um “guarda-chuva” que abriga uma série de conceitos, pressupostos, posicionamentos, temas que, segundo a autora, não “expressaram um corpo conceitual coerente e unificado” (p. 340). Segundo Eidt e Cambaúva (2011, p. 40), a pós-modernidade configura-se enquanto a “manifestação histórica das ideias que representam o estágio do capitalismo na sua fase atual”. O pensamento pós-moderno

[...] situa o conhecimento em duas vertentes: a explicação da realidade deve repousar na ideia de utilidade e não necessariamente na ideia de verdade; essa explicação deixa de ter caráter universal e passa a ser individual. Além disso, o Pós-Modernismo, tal como o Modernismo, critica a ideia de verdade absoluta e de sujeito centrado e unificado; entretanto, diferentemente deste (Modernismo), concebe o real como dependente da perspectiva do sujeito que o interpreta, rejeitando assim a ideia de referência a estruturas internas do mundo objetivo (p. 40).

Enfim, a tão sonhada interpretação “única” da realidade, colocada por Comte (1983), capaz de eliminar as contradições da sociedade e restabelecer a harmonia social, não foi alcançada (e nem poderia, pois a prática encaminhou-se para a fragmentação). O socialismo real, proposta encaminhada em nível prático, pretensamente com base na teoria de Marx, dissolveu-se, desencadeando entre os teóricos “marxistas” uma revolta em relação à teoria, mas não em relação à prática. Dizer que o “erro” prático decorre do “erro” teórico não seria uma inversão metodológica? Podemos dizer que se a prática não seguiu a teoria, a última tem de ser desacreditada enquanto método para a análise da realidade? O socialismo real, não

sendo um movimento global, como Marx havia colocado, não fora algo desde o início fracassado, impossível de sustentar-se? Será que Marx poderia ter previsto, em sua época, até onde chegaria o desenvolvimento das forças produtivas no interior da sociedade burguesa? Podemos dizer, hoje, que a sociedade burguesa tenha resolvido suas contradições e eliminado a crise que se iniciou no século XIX?

Para estas perguntas, ainda não temos resposta, apenas entendemos que, enquanto existirem contradições no interior da sociedade e esta for capitalista, o método materialista-histórico será aquele que conseguirá dar conta da totalidade contraditória imposta pela prática burguesa e, apenas com a superação desta, este poderá ser também superado.

[...] Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir [...] (MARX, 1994, p.136).

Tentemos pois, descobrir qual a tarefa que se impõe aos homens do nosso tempo, enxergando-a mais na prática que se encaminha do que nas ideias que representam suas contradições.

TECENDO CONSIDERAÇÕES

Neste texto, buscamos compreender a questão metodológica como fruto da história humana. Para este fim, recorreremos aos clássicos como Bacon, Smith, Comte, Marx, entre outros autores que consideramos relevantes para defender a tese segundo a qual cada época elege uma determinada metodologia de análise da realidade como a mais legítima, de acordo com as necessidades vivenciadas pelos homens em cada período histórico.

Comprendemos que as interpretações marxistas da realidade da sociedade capitalista atual ainda se configuram nas interpretações mais completas deste atual modo de existência reafirmando a vitalidade e a atualidade do método. Para fundamentar nossa afirmação, recorreremos a Kopnin (1978) sobre a definição de método:

O método é um meio de obtenção de determinados resultados no conhecimento e na prática. Todo método compreende o conhecimento das leis objetivas. As leis interpretativas constituem o aspecto objetivo do método, sendo o subjetivo formado por recursos de pesquisa e transformação dos fenômenos, recursos esses que surgem com bases naquelas leis . por si mesmas, as leis objetivas não constituem o método; tornam-se método os procedimentos que nela se baseiam e servem para a sucessiva interpretação e transformação da realidade, para a obtenção de novos resultados. O método é heurístico, reflete as leis do mundo objetivo sob a ótica do procedimento que o homem deve adotar para obter novos resultados no conhecimento e na prática (KOPNIN, 1978, p. 91).

Tomando como princípio que a principal função do método é constituir-se em instrumento para a compreensão da realidade, mesmo com as reconfigurações da atual sociedade capitalista, o materialismo histórico-dialético apresenta-se como uma ferramenta fundamental para a apreensão do movimento do pensamento por meio da materialidade histórica da vida.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicogogia Social e do Trabalho**, São Paulo, v.2, n.1, p. 55-59, 1999.

BACON, F. *Novun Organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BRECHT, B. *Vida de Galileu*. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo**; catecismo positivista. 2. ed. Tradução: José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

EIDT, N. M.; CAMBAÚVA, L. G. Capitalismo, pós-modernidade, neoliberalismo e a subjetividade fragmentada. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2011. p. 38 – 60.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 8. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. vol.I. 14. ed. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1994.

MORAES, M. C. M. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 337-357, maio/ago. 2004.

MORE, T. **Utopia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. vol I e II. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1993.